



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O PAPEL DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Pedro Henrique Luna Nascimento¹; Suzane da Silva Barbosa²; João Gomes Soares Neto³;

¹ Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – phln_@live.com; ² Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – suzane.barbosa14@hotmail.com; ³ Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – joaoneto.quimicauepb@gmail.com;

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil, especialmente no século XXI, resgatando alguns momentos históricos para compreender os motivos que permeiam a má qualidade da educação brasileira desde o período de predomínio do ensino dos jesuítas (1549-1759) até os dias atuais. Além disso, questiona-se a descontinuidade dessas políticas, os desafios e as implicações destas na educação do País. Trata-se de um estudo bibliográfico, tendo como referencial teórico os estudiosos: Michels (2006), Saviani (2008) e Frigotto (2010). Conclui-se que as políticas educacionais criadas para melhorar a educação brasileira, até o momento, não trouxeram mudanças significativas para o processo de ensino-aprendizagem, de modo a colocá-la no nível da qualidade internacional.

Palavras-chaves: Políticas Educacionais, História, Descontinuidade.

1. INTRODUÇÃO

As políticas educacionais referem-se ao conjunto de medidas adotadas pelo poder público em relação à educação de um País, ou seja, são elas que conduzem o desenvolvimento educacional nas sociedades e nas escolas. Os poderes públicos possuem a responsabilidade de garantir uma educação de qualidade para a população, pois, como define Michels (2006, p. 406),

A instituição escolar pode ser compreendida como um espaço social privilegiado onde, concomitantemente, são socializados saberes



sistematizados e transmitidos valores por ela legitimados. [...] Ao mesmo tempo, a escola assume potencialmente o papel de transformar a sociedade. Portanto, ela é produto e produtora das relações sociais.

Uma educação de qualidade, então, exerce o papel social mais importante em uma nação: de formar cidadãos crítico-reflexivos, a fim de modificar e de potencializar a sociedade para o bem-estar da população. É nesse contexto que percebemos o quanto é importante a criação de políticas para o melhoramento da educação básica.

Como para qualquer assunto que pretende ser estudado é fundamental uma análise do contexto histórico para se ter uma base sólida e mais aprofunda dos conhecimentos a respeito da temática. Quando tratamos da educação não é diferente. Portanto, retomaremos alguns momentos na história da educação brasileira que explicam o porquê das medidas tomadas pelo Estado e motivos pelos quais a educação continua enfrentando problemas sérios, como escassez de recursos e descontinuidade nas ações. Então, a questão é: qual o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado para o desenvolvimento educacional do Brasil?

Observando historicamente os principais aspectos das políticas identificamos a resistência dos dirigentes quanto à manutenção da educação pública, que é muito expressa na escassez de recursos, bem como a descontinuidade dessas políticas, que é fortemente ligada às reformas começadas para sanar problemas antigos, mas que acabaram trazendo outros pela sua falta de continuidade e adequação.

Durante o período de predomínio do ensino dos jesuítas (1549-1759), a Coroa Portuguesa sustentava os jesuítas com vestimentas e manutenção, mas não financiavam a educação, mas os interesses da igreja. Esse desvirtuamento pode ser constatado também em 1564, quando o plano da redízima, que destinava 10% dos impostos para a educação, deixava de ser cumprido porque não havia controle sobre a arrecadação e a distribuição. É importante ressaltar que a educação, desde então, tem sido sustentada por poucos recursos públicos, que na atualidade não chega a 7% do Produto Interno Bruto (PIB), embora o país possua a 7ª economia mundial.



No período pombalino (1759 – 1827) ocorre uma quebra no poder da igreja sobre a educação e dos preceitos religiosos, bem como a disseminação do pensamento iluminista na época, o que concorre para que a educação se torne laica. Porém, observando a questão de resistência das autoridades, o Estado limitou-se apenas a financiar o professor, pagando o seu salário em regime de aulas régias, mas que toda a infraestrutura e materiais pedagógicos estavam por conta do professor. Desconsideravam que a educação para ser promissora, necessitava de infraestrutura apropriada, diretrizes pedagógicas, normas disciplinares, mecanismos de avaliação e outros. Sobre esse contexto, Bastos (1937, p. 228) afirma:

Assim como cada habitante concorre para as despesas de iluminação, águas, esgotos, calçadas, estradas e todos os melhoramentos locais, assim contribua para o mais importante deles, a educação dos seus concidadãos, o primeiro dos interesses sociais em que todos somos solidários.

No período histórico do Primeiro Reinado, tem-se que em 1827 foi estabelecida uma lei, chamada de Lei das Escolas de Primeiras Letras (ensino primário), mas que em 1864 ela não ficou nas mãos do Estado, mas das províncias e vilas. Porém, mesmo com a lei, a educação pública permaneceu morta, devido à falta de recursos a que as províncias eram expostas. Logo após, na primeira república, as consequências ficaram evidentes com o grande índice de analfabetos, que chegava a mais de 90% da população.

Somente em 1930, período dos investimentos maciços na industrialização e na urbanização do Brasil, que a escolarização passou a receber um incremento, porém em ritmo lento à vista dos escassos investimentos.

A atual reforma educacional começou nos anos 1990 e um dos seus marcos é a elaboração do Plano Decenal de Educação, que abrange das macropolíticas até a sala de aula. Neste cenário, destacamos a mudança do papel do Estado na educação, quando este passa de provedor para regulador. Ou seja, coloca-se aí a necessidade de a sociedade civil se organizar



para prover o que antes era tarefa do Estado e que agora, não mais se responsabiliza. Com isso, observa-se que ocorre a mesma situação em épocas diferentes.

Com a promulgação da Constituição de 1988 esperava-se que a educação fosse colocada como prioridade em relação aos outros aspectos sociais fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, isso não ocorreu, pois a educação no nosso País é vista em menor escala em relação aos demais problemas sociais.

No Brasil, ocorreram várias reformas políticas na educação, e dessas reformas uma das que mais se destacaram foi a de Carlos Maximiliano, que introduziu os vestibulares como uma ferramenta para o ingresso ao Ensino Superior. O vestibular foi criado no Brasil em 1911, por um político chamado Rivadávia da Cunha Corrêa, quando era ministro da Justiça e dos Negócios Interiores. Antes de 1911, o ingresso na universidade pública, era delimitado aos alunos das escolas tradicionais, como por exemplo, a Escola Dom Pedro II, no Rio de Janeiro.

Passaram-se mais de uma década desde a 1988 e o problema não foi resolvido, então, os governos aprovaram o Plano Nacional da Educação (PNE) (BRASIL, 2014); o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) (BRASIL, 1997) e, atualmente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (BRASIL, 2007), preocupando-se com a formação e com a remuneração dos profissionais, com o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes. Porém, estas medidas não são realizadas com êxito, deixando aos docentes a responsabilidade pelo fracasso na educação pública brasileira, pela qual deveria ser o governo.

2. METODOLOGIA



Este trabalho foi fruto de uma revisão bibliográfica realizada nas aulas da disciplina de OTEC (Organização do Trabalho na Escola e o Currículo) ministradas pela professora Dr.^a Francisca Pereira Salvino, utilizando como embasamento para esta produção três artigos discutidos em sala de aula: Michels (2006), Saviani (2008) e Frigotto (2010).

Além disso, as discussões iniciadas pela professora sobre as políticas educacionais desenvolvidas para melhorar a Educação Básica do Brasil geraram uma grande roda de debates durante todas as aulas entre a turma, proporcionando reflexões a cerca de como são regidas as medidas adotadas pelo governo brasileiro para sanar, mesmo que por um curto período de tempo, a má qualidade da educação no nosso País.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a história da educação no Brasil, e ainda atualmente, as reformas são superficiais e costumam receber o nome de quem a elaborou ou aprovou, apenas para deixar uma imagem ou marca “heroica”, mesmo sendo descontínua e não propensa a resolver efetivamente os problemas.

Sobre esse aspecto das reformas, Candido (1984, p. 28) comenta:

As reformas da educação não geram mudanças essenciais na sociedade, porque não modificam a sua estrutura e o saber continua mais ou menos como privilégio. São as revoluções verdadeiras que possibilitam as reformas de ensino em profundidade, de maneira a torná-los acessível a todos, promovendo a igualitarização das oportunidades.

Todavia, essa “acessibilidade” do ensino se encontra muitas vezes restrita a posição social relacionado ao padrão econômico e tem sido um fator importante para se pensar a situação da educação brasileira, uns favorecidos economicamente têm acesso a uma educação de melhor qualidade e, com isso, acabam predominando nas ocupações das melhores funções



no mercado de trabalho e recebendo as melhores remunerações, conseqüentemente facilitando a continuidade de uma desigualdade de classes, motivando a má distribuição de renda.

Diante disso, citando uma crítica do sociólogo Florestan Fernandes à respeito da concentração de capital, Frigotto (2011, p. 238) afirma:

Para Florestan, o que se tem chamado de desenvolvimento, em realidade, tem sido um processo de modernização e de capitalismo dependente em que a classe dominante brasileira, *minoría prepotente*, se associa ao grande capital abrindo-lhe espaço para sua expansão, o que resulta na combinação de uma altíssima concentração de capital para poucos, com a manutenção de grandes massas na miséria, o alívio da pobreza ou um precário acesso ao consumo, sem a justa partilha da riqueza socialmente produzida.

Tais desigualdades afetam diretamente a educação, que também está ligada a outras influências como: o espaço geográfico, as diversidades culturais e o descaso de alguns políticos com as regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Em consequência do descaso do Estado com a educação, fazendo uma comparação do ensino brasileiro com outros países que participam do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2009), podemos perceber que a educação no Brasil, diferentemente de Xangai, Finlândia, Canadá e Coréia do Sul, por exemplo, que ocupam as melhores posições no PISA, o Brasil se encontra na 53ª posição.

Pela tabela do ranking PISA 2012, extraída da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), percebe-se que o Brasil evoluiu, mas segue nas últimas posições em ranking de educação, a 58ª posição.

TABELA 1



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

RANKING PISA 2012

	MATEMÁTICA	LEITURA	CIÊNCIA
1º 	613	570	580
2º 	573	542	551
3º 	561	545	555
4º 	560	523	523
5º 	554	536	538
6º 	538	509	521
7º 	536	538	547
8º 	535	516	525
9º 	531	509	515
10º 	523	511	522
58º 	391	410	405

Fonte: OCDE

Fonte: OCDE, 2012.

É importante enfatizar que a economia da Finlândia, por exemplo, é inferior a do Brasil, logo a falta de recursos destinados para a educação no Brasil é por causa de políticos descompromissados, no qual os seus papéis deveriam tornar a educação como princípio fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, todavia isto continua como letra morta, como algo ainda a ser conquistado pelos professores e alunos no Brasil, pois, infelizmente, a educação até este momento não está em prioridade.

No ambiente escolar são frequentes salas de aulas lotadas, péssimas infraestruturas, ausência de professores de apoio para os alunos, falta de especialização dos professores etc. Geralmente, os governantes transferem a responsabilidade para o professor, e, por consequência, este tem a função não apenas de alfabetizar, mas também de contornar as dificuldades presentes nas escolas, deixando aos docentes a responsabilidade pelo sucesso na educação pública brasileira.

Observa-se que as políticas educacionais brasileiras possuem muitas limitações para obter uma educação à semelhança de países de primeiro mundo. A primeira limitação materializa-se na tradicional escassez dos recursos financeiros destinados para a educação; a segunda corporifica-se na sequência interminável de reformas, cada qual recomeçando da



estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente (SAVIANI, 2008, p. 7).

Com o intuito de sanar as falhas existentes na educação brasileira, o governo vem criando fundos, leis e programas, porém mesmo com a aplicação destes, estamos ainda com a educação mal resolvida, com obras descontínuas, desvios de verbas, baixo nível de rendimento, entre outros. Carece, portanto, de uma execução dos atuais programas de maneira eficiente para assim promover um desenvolvimento educacional diferente do que ocorre atualmente, no qual o governo universaliza o ensino, mas não universaliza sua qualidade.

4. CONCLUSÕES

Toda a temática discutida neste artigo foi de extrema importância para percebermos como são desenvolvidas as políticas educacionais visando aprimorar a Educação Básica no Brasil. Vemos, ao longo dos anos, que cada lei criada para este fim só serve por um curto período de tempo, pois quando colocada em prática os resultados esperados não são alcançados, no tocante à formação docente, à organização escolar e ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos nas escolas numa perspectiva crítica-reflexiva.

Portanto, é preciso que o governo brasileiro priorize a Educação Básica de qualidade (com acesso, permanência e desempenho dos alunos), além de disponibilizar condições adequadas para os docentes no que diz respeito a investir maciçamente em formação e remuneração compatíveis com outras profissões de mesmo nível. Para que, a partir de uma educação equilibrada e justa, que ofereça igualdade de oportunidades, o País possa crescer de forma democrática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Lei N° 11.494**, de 20 de julho de 2007. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Lei N° 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014.

CANDIDO, Antônio. **A revolução de 1930 e a cultura**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

MELLO, Daniel. **Pisa: apesar de avanços na educação, Brasil ocupa baixa posição em ranking**. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/educacao/pisa-apesar-de-avancos-na-educacao-brasil-ocupa-baixa-posicao-em-ranking,b0065092984a2410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html> > Data de acesso: 30 out. 2015.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez., 2006.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. In: **Revista de Educação**, PUC-Campinas/SP, n. 24, p. 7-16, junho, 2008.